

# O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA E SUAS INTER-RELAÇÕES COM AS AVALIAÇÕES ESTANDARDIZADAS

Camila Regina Rostirola\*

## Resumo

O trabalho faz parte de um estudo ampliado, que compõe o Programa “Observatório da Educação”, cujo objetivo é avaliar a potencialidade e o alcance das estratégias e ações deflagradas pelas redes públicas municipais, no tocante aos indicadores de qualidade do Ensino Fundamental. Trata, especificamente, de estudo bibliográfico e documental sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o intuito de apreender e captar as funções e atribuições dessa autarquia a partir da adesão do Brasil aos processos de regulação pautados nas avaliações em larga escala. Estima-se que a conformação de novas políticas públicas de avaliação vem delineando novas funções e atribuições a esse órgão público criado em 1937. O INEP, como instituto de pesquisa, tornou-se o grande responsável pela computação de dados estatísticos referente à situação educacional do país e o idealizador dos índices de desenvolvimento na educação básica. Concentra-se especificamente na difusão de ideologias de que a qualidade de ensino está diretamente relacionada aos resultados mensuráveis e quantitativos obtidos nas avaliações e testes padronizados.

Palavras-chave: Avaliações em larga escala. INEP. Atribuições e funções.

## 1 INTRODUÇÃO

O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foi criado em 1937, pela Lei n. 378, de 13 de janeiro, e, com o passar dos anos, paulatinamente vem readaptando suas funções e atribuições em razão das novas mudanças instituídas no âmbito educacional. Atualmente, configura-se como propulsor e fiscalizador das principais legislações e avaliações que influem nas questões qualitativas e quantitativas da educação básica e superior.

Com caráter pesquisador e regulador, estabelece relações diretas com as instituições educativas do país, por meio dos bancos de dados ou pela aplicação e computação de resultados obtidos pelas avaliações em larga escala.

O INEP é um mecanismo de coesão e comunicação educacional, haja vista difunde ideologias próprias e procura influir os sistemas a se adaptarem ao curso e à era das avaliações, bem como às suas implicações quanto aos resultados obtidos. Em se

tratando das suas influências nas avaliações estandardizadas, afigura-se como o principal articulador, formulador e avaliador dos resultados mensurados pelas instituições escolares.

---

\* Mestranda em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Joaçaba; bolsista do Programa Observatório da Educação – Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade do oeste de Santa Catarina; milarostirola@hotmail.com

O presente estudo trata-se de um esboço preliminar e de uma autarquia na área de políticas públicas em educação, haja vista que não se encontram outros escritos idealizados com o intuito de apreender e captar as funções e atribuições do INEP a partir da adesão do Brasil aos processos de regulação pautados nas avaliações em larga escala.

## **2 INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS: PONTOS HISTÓRICOS E FACTUAIS**

As décadas de 1920 e 1930 foram pródigas por inúmeras transformações educacionais no país e também por discussões a despeito da expansão da educação popular a todos os segmentos da sociedade industrial que se formava. É indubitável que nessa época se acirrou a educação como um dos problemas hierarquicamente mais importantes para o desenvolvimento econômico do país e a necessidade de se implantar uma organização escolar laica e gratuita (BRASIL, 2011b).

Em 16 de junho de 1934, sob forte influência republicana, foi outorgada a Constituição Federal; esta trouxe implícitas entre os artigos 148 e 158 as principais atribuições da educação, bem como dos Estados, Municípios e Distrito Federal, sem dissociá-las, no entanto, do seu caráter cultural, descentralizado e autônomo.

A Constituição de 1934 continha ideologias de uma educação pragmática, fruto de ascensão social e econômica, além do cerne ideológico do Manifesto dos Pioneiros que “[...] apesar de representar tendências diversas de pensamento compunha uma autêntica e sistematizada concepção pedagógica, indo da filosofia da educação até formulações pedagógico-didáticas, passando pela política educacional.” (GUIRALDELLI JUNIOR, 2009, p. 42).

Esta Constituição vigorou por apenas três anos, pois em 1937 Getúlio Vargas assume o poder e instaura o Estado Novo, ou a Ditadura Militar, rompendo, assim, com os ideais liberais contidos na máxima anterior e idealizando uma Carta Constitucional centrada em ideais extremamente capitalistas e autoritários. Em consonância com Niskier (1995, p. 274), este foi “[...] o mais discricionário, severo, e centralizador regime político imposto ao país desde a época da Independência.”

O INEP foi criado em 1937 pela Lei n. 378, de 13 de janeiro, e, inicialmente, denominado de Instituto Nacional de Pedagogia, sob coordenação de Lourenço Filho, um dos precursores do Manifesto dos Pioneiros da Educação e da escola novismo no Brasil. Este foi idealizado com o intuito de sistematizar os conhecimentos educacionais e propor melhorias na qualidade de ensino, delineada pela garantia de acesso à escola pública.

Acredita-se que o INEP foi o primeiro órgão educacional brasileiro voltado a proporcionar acesso técnico às instituições públicas do país. No entanto, pode-se mencionar que este somente iniciou os seus trabalhos, efetivamente, no ano subsequente à sua criação, com a publicação do Decreto de Lei n. 580, de 30 de julho de 1938, que, em suas alíneas, denotava as principais atribuições deste órgão oficial, entre as quais se podem citar:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas; b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país

e do estrangeiro; c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos; d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional; e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos; f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas. (BRASIL, 1938, p. 1).

As suas principais funções nessa época estavam retornadas para a resolução de aspectos burocráticos em se tratando da situação educacional do país, bem como para a promoção de inquéritos e pesquisas que diagnosticassem e apontassem possíveis insuficiências no ensino público.

Apesar de coordenado por um dos precursores do liberalismo e da escola nova, o INEP não deixa de ser um organismo fortemente influenciado pelo Governo e com caráter fiscalizador, haja vista que Lourenço Filho teve alguns percalços em sua teoria, chegou até a comprometer-se com o Regime Militar do Estado Novo, e, conseqüentemente, com as suas ideologias e paradigmas econômicos e educacionais.

Lourenço Filho perpassou por diferentes partidos políticos e foi adaptando as suas teorias ao momento histórico vivenciado e em consonância com o modelo de política pública em vigor.

Não significa dizer que os principais mentores do Manifesto dos Pioneiros foram relapsos em suas teorias; o que de fato se denota é a utilização do *status quo* para assumir posições avantajadas dentro de diversos governos. Na letra da Lei n. 580, em seu artigo 5º, cita que “O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos será dirigido por um diretor, nomeado em comissão, pelo Presidente da República, dentre pessoas de notória competência em matéria de educação.” (BRASIL, 1938, p. 2). Essas posturas procuravam difundir, impregnar e defender dentro de um governo acríptico e elitizado uma educação popular centrada na igualdade de acesso e permanência.

Apesar de ser um órgão fiscalizador, não se pode deixar de mencionar o caráter de pesquisa e estudos na área educacional delineado por este nesses primeiros anos de sua existência, tornando-se, assim, reconhecidamente, uma excelência, à época, para os focos educacionais do país.

Em 1952 assumiu a direção do Instituto Nacional de Pedagogia o Professor Anísio Teixeira, conferindo a este um caráter mais pesquisador e centrado na desenvoltura de bases filosóficas e epistemológicas para oferecer sustentação às práticas pedagógicas implementadas no interior do sistema educativo. Assim, nos anos subsequentes, foi se delineando como um órgão autônomo. A despeito disso, apenas em 1972 foi denominado de Instituto de Pesquisas Educacionais, sob influência da Lei n. 5.692 de 1971. Esta, por sua vez, procurou reformular o ensino, atribuindo a este um caráter mais técnico e fragmentado (BRASIL, 2011b).

Nessa época, este Instituto também tinha a função de coordenar e implantar cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento profissional para atender à demanda educacional delineada após essas alterações em curso.

Em 1976, a transferência da sede do INEP para a cidade de Brasília e no ano seguinte a extinção do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais idealizado por Anísio Teixeira em 1952, contribuíram para a decadência do caráter investigativo e pesquisador deste importante órgão federal (BRASIL, 2011b).

Pode-se afirmar que o INEP, assim como teve momentos de apogeu, em sua existência passou por crises e quase extinção dos seus serviços. Foi a partir da retomada do caráter republicano e tomado por influências neoliberais que ele foi reestruturando às suas funções e centrando os seus trabalhos na reorientação das políticas públicas implantadas, financiamento de pesquisas educacionais em nível intra e extraescolar e fiscalizador e formulador dos processos educativos em âmbito nacional.

Em 1995 passou por um novo processo de transgressão, e, além das funções elencadas, passou a atuar como organizador de levantamento de dados; e, nos anos subsequentes à publicação da Lei n. 9.394 de 1996 como regulador das políticas públicas de avaliação delineadas no interior dos sistemas educativos, como artefato de aferição da qualidade educativa, sob moldes internacionais e impregnados pelos sistema capitalista.

As novas mudanças na educação começaram a delinear-se a favor de um sistema neoliberal e do capital, e a qualidade difundida é pautada em cunhos empresariais e econômicos, não sociais e equitativos.

Em consonância com a Lei n. 9.448, de 14 de março de 1997, que revoga o Decreto de Lei n. 580 de 1938, o INEP foi transformado em autarquia federal e as suas principais finalidades estão retornadas para:

I – organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais; II – planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País; III – apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional; IV – desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais; V – subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior; VI - coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente; VII – definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior; VIII – promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior; IX – articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral. (BRASIL, 1997, p. 1).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais está indubitavelmente associado ao nome do consagrado educador Anísio Teixeira, por desempenhar funções investigativas e de cunho pesquisador, idealizado por este nos primórdios do seu surgimento. Quanto às suas funcionalidades na construção e implementação de avaliações em larga escala, estão indissociavelmente ligadas à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996.

Estima-se que a implementação de novas políticas públicas de avaliação vem delineando novas funções e atribuições ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; este vem paulatinamente configurando-se como articulador das principais avaliações estandarizadas desenvolvidas no país.

Designam-se estas, preponderantemente as desenvolvidas no âmbito da Federação e dos Estados, em consonância com Freitas et al. (2011, p. 47), “[...] como um instrumento de

acompanhamento global das redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitem verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas”, que, de fato, culminem na melhoria da qualidade educacional do país.

Em consenso com Libâneo (2008) e Freitas (2011), as principais avaliações em larga escala implementadas no Brasil sob influência de políticas internacionais e ideologicamente neoliberais são, no âmbito da educação básica: Provinha Brasil, Prova Brasil, Enem e Saeb; cada uma, no entanto, apresentando especificidades e particularidades próprias.

A Provinha Brasil, de acordo com os dados oficiais do Ministério da Educação, foi implementada no interior das instituições educativas no primeiro semestre do ano de 2008; é uma avaliação diagnóstica e foi desenvolvida com o intuito de diagnosticar possíveis problemas de leitura e escrita no 2º ano do ensino fundamental.

Conforme orientações do INEP, esta pode ser idealizada como um instrumento pedagógico sem cunho classificatório, haja vista que os resultados obtidos pelos educandos nesta avaliação são computados na escola, possibilitando, assim, à comunidade escolar planejar metas e ações que de fato façam frente às demandas educacionais e reduzam as deficiências do ensino público no país.

A Prova Brasil também conhecida com Avaliação Nacional de Rendimento Escolar foi criada no ano de 2005 com o objetivo de avaliar o rendimento escolar, bem como as habilidades em leitura e resolução de problemas dos educandos matriculados na 5ª e 9ª série do Ensino Fundamental de nove anos.

Esta vem sendo calculada em uma escala numérica de 0 a 500 pontos; a média alcançada nas escolas corresponde ao número de competências e habilidades que os alunos, até a faixa etária exigida para a resolução da prova, desenvolveram. Acredita-se que com o avanço paulatino das séries, as competências e as habilidades irão se aperfeiçoando e se agrupando a outras exigidas pelo currículo proposto pelos órgãos legisladores.

A Prova Brasil é aplicada por profissionais designados pelo município ou Estado e computados referente à situação educacional de todas as instituições nacionais de ensino; ainda fornece sua base de dados para a compilação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Pauta-se que a finalidade desta avaliação standardizada está voltada para o ranqueamento das instituições educativas e para o agravamento da competitividade no quadro educacional, pois estas não sentem de imediato o efeito das políticas públicas e não utilizam os resultados obtidos pelos educandos como instrumentos que de fato contribuam para a melhoria da qualidade educativa.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) procura, por meio de uma avaliação amostral, aferir, a qualidade, a equidade e a eficiência do ensino brasileiro. Esta utiliza procedimentos metodológicos formais e científicos para coletar e sistematizar dados e produzir informações sobre o desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio, assim como sobre as condições intra e extraescolares que incidem sobre o processo de ensino-aprendizagem.

O SAEB possibilita ao INEP o delineamento de novas políticas públicas para suprimir possíveis defasagens educacionais em todo o território brasileiro e consumir o caráter regulador e fiscalizador deste mesmo órgão governamental.

Em se tratando do ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), este é designado aos que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio e objetiva indubitavelmente aferir as competências e habilidades relacionadas aos conteúdos delineados e pautados no e pelo currículo da educação básica.

A Quadro 1 sintetiza as principais especificidades das políticas de avaliação e sinaliza as atribuições do Inep em cada uma delas.

Quadro 1 – Políticas de avaliação em larga escala

(Continua)

Política de avaliação	Objetivo	Nível de abrangência	Aplicação	Papel do INEP
Provinha Brasil	Avaliar o nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano do Ensino Fundamental e diagnosticar insuficiências na leitura e escrita.	Adesão voluntária e aberta a todas as escolas do país.	Pode ser tanto pelo professor ou quanto qualquer outro profissional devidamente preparado.	Formular a avaliação, o guia de correção e o de interpretação dos resultados.
Prova Brasil	Avaliar as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e em Matemática (foco na resolução de problemas). Auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.	Todos os estudantes matriculados na 5ª e 9ª série do Ensino Fundamental em escolas urbanas e com mais de 20 alunos na série.	Representantes do Governo Estadual e Municipal.	Prestar esclarecimentos a despeito da avaliação para a comunidade de forma geral; Formular a avaliação; Orientar a aplicação e correção; Compilar os dados e Calcular a nota do IDEB; Divulgar resultados.

(Conclusão)

Política de avaliação	Objetivo	Nível de abrangência	Aplicação	Papel do INEP
<b>ENEM</b>	Democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior; possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.	Estudantes que estão concluído ou que já concluíram o Ensino Médio.	Representantes do Governo Estadual e Municipal	Prestar esclarecimentos a despeito da avaliação para a comunidade de forma geral; Formular a avaliação; Orientar a aplicação e correção; Computar os dados; Calcular a nota dos estudantes; Divulgar resultados.
<b>SAEB</b>	Avaliar as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e em Matemática (foco na resolução de problemas).	Estudantes da 5ª e 9ª série do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio; a avaliação é por amostragem, ou seja, nem todos os alunos matriculados a realizam.	Avaliação amostral.	Computar os dados; Divulgar os resultados.

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (2011c; 2011d; 2011a).

As avaliações em larga escala no Brasil vêm paulatinamente configurando o papel regulador e fiscalizador do Estado, e, conseqüentemente, consolidando a sua função deliberativa em se tratando da oferta de bens e serviços públicos.

Em consenso com Laval (2004, p. 13):

Esse Estado, guiado pelos novos princípios da ação pública, fica conhecido por definir as grandes perspectivas e avaliar, a posteriori, os resultados de uma gestão mais autônoma, com a ajuda de um sistema estatístico rigoroso, que deve permitir a “pilotagem” das unidades locais e periféricas.

O que de fato se configura nesta nova década aos moldes educacionais é o caráter avaliativo das instituições escolares e a instauração de um modelo capitalista e empresarial no interior delas.

Políticas de *accountability* reduzem a qualidade educativa apenas a caracteres mensuráveis e possíveis de serem medidos e padronizados; não se interroga quais as possíveis contribuições que os resultados destas podem proporcionar para que mudanças significativas ocorram nos projetos pedagógicos e curriculares das instituições escolares, e, conseqüentemente, na qualidade social da educação.

## 2.1 O INEP E SUAS INTER-RELAÇÕES COM AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA

O INEP, com o decorrer dos anos, reconfigurou as suas funcionalidades e atribuições em decorrência das novas demandas políticas e educacionais instituídas nesta nova década sob forte influência neoliberal e internacional. Acredita-se que este se tornou o mais importante órgão governamental responsável pela fiscalização e regulação das políticas públicas educacionais, mais especificamente as que tratam das avaliações dos sistemas de ensino, bem como a computação de dados e informações acerca dos estabelecimentos de ensino e seus insumos que influem na qualidade educacional.

Em se tratando mais especificamente das políticas de avaliação, estudos documentais apontam que este vem se firmando como formulador e articulador das principais avaliações implantadas nas instituições educativas. A sua funcionalidade frente a esse novo modelo em curso é difundir informações e contagiar a população de uma forma geral a despeito do caráter benéfico dessas ações.

Em notas encontradas no sítio deste, encontram-se importantes informações que ideologicamente procuram difundir aspectos econômicos e neoliberais e revelar o caráter empresarial e competitivo das avaliações estandardizadas implementadas aos moldes internacionais.

Estudos preliminares denotam que é na Prova Brasil que essa autarquia federal mais opera; estima-se que o INEP é o grande responsável por esse mecanismo de avaliação, haja vista que é a partir desta e das taxas de aprovação escolar, presentes no Censo Escolar da educação básica, que é calculado o IDEB, importante instrumento de aferição da qualidade educativa sob uma perspectiva econômica.

Os próprios meios de comunicação, sob influencia do INEP procuram contagiar ideologicamente a população de forma geral a despeito da importância deste mecanismo de avaliação estandardizada e de forma implícita exigir a cobrança por parte da sociedade civil perante a qualidade educacional delineada pelo IDEB.

Em se tratando dos demais mecanismos de avaliação desenvolvidos na educação básica, o INEP apenas figura seu papel de órgão fiscalizador, divulgador e regulador das questões educacionais.

Segundo Laval (2004, p. 209), “Esse vasto movimento de avaliação e de comparação internacional é inseparável da subordinação crescente da escola aos imperativos econômicos. Ela acompanha a “obrigação dos resultados””, e surgiu sob forte influência paradigmática dos pressupostos de eficiência e eficácia escolar.

Os resultados dessas políticas de avaliação computados pelo INEP estão sendo utilizados e difundidos equivocadamente sob uma ótica competitiva e mercadológica. É certo afirmar que a escola, por estar inserida em um meio social, adapta as suas práticas e ideologias em consonância com o momento histórico vivenciado; no entanto, não se pode incorporar aspectos e moldes burocráticos e empresariais e adequá-los diretamente ao ambiente escolar, tratam-se de realidades e objetivos distintos.

Quanto ao INEP, este apenas consome as atribuições a ele destinadas pelo Estado regulador e também descentraliza as responsabilidades para as instituições escolares.



### 3 CONCLUSÃO

Quanto às políticas públicas de avaliação em larga escala, o INEP vem, paulatinamente, configurando-se como órgão formulador e regulador dessas ações desenvolvidas sob moldes internacionais e empresariais. Concentra-se, especificamente, na difusão de ideologias de que a qualidade de ensino está diretamente ligada aos resultados mensuráveis e quantitativos obtidos nas avaliações e testes padronizados.

Trata-se de um órgão governamental, pautado em princípios de um Estado regulador e formulador que se caracteriza pela crescente descentralização e transferências das responsabilidades e atribuições sociais e educacionais à sociedade civil e mercadológica.

De modo ainda provisório, aponta-se o caráter fiscalizador do INEP em relação ao desempenho obtido pelas instituições escolares e também às parcerias instituídas com o Ministério da Educação para suprir possíveis insuficiências ao ensino público, no entanto, sem considerar as particularidades econômicas, políticas e sociais de cada Unidade Federativa.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 30 jun. 1938.

\_\_\_\_\_. **Enem**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ‘Anísio Teixeira’ – INEP. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 19 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **História do Inep**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ‘Anísio Teixeira’ – INEP. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011b. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Prova Brasil e Saeb**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ‘Anísio Teixeira’ – INEP. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011c. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Provinha Brasil**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ‘Anísio Teixeira’ – INEP. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011d. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.448, de 14 de março de 1997. Dispõe sobre a transformação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP em Autarquia Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 14 mar. 1997.

FREITAS. Luiz Carlos de et al. **Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5. ed. Goiânia: MF, 2008.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira**: 500 anos de história, 1500 – 2000. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.